

**HABEAS CORPUS Nº 492.968 - SP (2019/0039962-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : JESSICA DA COSTA REIS  
**ADVOGADO** : JESSICA DA COSTA REIS - SP0379156  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL LEITE SIZILIO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIEL LEITE SIZILIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2254566-51.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz a impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente.

Declara, ainda, que haveria excesso de prazo na formação da culpa, por estar custodiado há quase 4 (quatro) meses, sem que tenha havido a conclusão da instrução processual, visto que o apontado atraso não decorre de qualquer ato da defesa, o que corrobora a necessidade da liberdade do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, exatamente como ocorre no caso em exame.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 53-55):

*"A decisão impugnada surgiu nos seguintes termos:  
'Vistos.1. Compulsando o auto de prisão em flagrante,  
DECLARO, nos termos do art. 310, II, do CPP,  
formalmente em ordem o ato da autoridade policial, que  
observou o disposto nos arts. 304, caput (oitivas do  
condutor, de testemunhas e, em seguida, interrogatório da*

parte autuada), 306, caput (comunicação imediata da prisão da parte autuada), 306, § 1º (encaminhamento do auto de prisão em flagrante) e 306, § 2º (entrega da nota de culpa à parte autuada), do CPP. Porque resultou desse contexto fundada a suspeita pela prática do crime de tráfico ilícito de drogas (art. 33, caput, da LD), conclusão do Delegado de Polícia, conforme Auto de Prisão em Flagrante (APF), corroborada pelas declarações das testemunhas, boletim de ocorrência de autoria conhecida, auto de exibição e apreensão e laudo de constatação (LC), mandou-se recolher a parte autuada à prisão e lavrar o auto em exame. Esse contexto, pela leitura dos documentos que o embasam, indica o flagrante delito previsto nos arts. 302, I (flagrante próprio, perfeito, real ou propriamente dito), e 303 (infrações permanentes), do CPP, a considerar a natureza e quantidade dos produtos entorpecentes apreendidos, bem como a maneira como encontrados (quatro eppendorfs de "cocaína"), o que, de acordo com a experiência forense, destoa daquela localizada com o mero viciado. Além disso, quando abordado por agentes policiais, o usuário de drogas pela observação do que ordinariamente acontece (quo plerunque accidit), por saber que o flagrante de porte ilícito de drogas para consumo pessoal não dá nada expressão pronunciada não esconde a porção, seja produto, seja substância entorpecente, dos agentes do Estado. Daí a legalidade da prisão em flagrante inicialmente mencionada. Por outro lado, porque presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva (arts. 312 e 313 do CPP), não há de ser concedida liberdade provisória à parte autuada (art. 310, III, do CPP). Explico. A manutenção da prisão processual da parte autuada se faz necessária, porquanto os pressupostos e os fundamentos que a ensejaram (fumus comissi delicti et periculum libertatis), bem como os requisitos de admissibilidade, por ora se sustentam, nos termos do art. 312 c.c. o art. 313, I, do CPP, justificando-se a manutenção como garantia da ordem pública, em homenagem aos bens jurídicos tutelados (a saúde pública, primariamente, e a vida, a saúde pessoal e a família (STF, RT 618/407), secundariamente), haja vista a gravidade do fato indicado (tráfico ilícito de drogas) e a repercussão social, mormente para uma cidade interiorana de proporções medianas, como é a Estância Turística de Olímpia. ESSE COMPORTAMENTO PROMOVE DESORDEM CONCRETA (PALPÁVEL) NA SOCIEDADE, COM REFLEXOS NEGATIVOS E TRAUMÁTICOS NA VIDA DE FAMÍLIAS. E SEM

*ORDEM NÃO HÁ PROGRESSO. Além disso, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP), especialmente aquelas estabelecidas pelos incisos II e III, considerando a conclusão do Delegado de Polícia (APF) e, principalmente, as informações sobre a vida pregressa (print), se revelam insuficientes. Em audiência de custódia, consigno por fim, a parte autuada, ao lado de outras respostas, não alegou nada pessoal contra os agentes policiais que a abordaram, de maneira que, sem adentrar o mérito dos fatos, as declarações das testemunhas ouvidas pela autoridade policial mantêm-se críveis. Eis o meu convencimento 2. Ante o exposto, CONVERTO a prisão em flagrante da parte autuada DANIEL LEITE SIZILIO, portador do RG n. 38575472 SSP/SP, filho de LUCIVALDO CAIRESSIZILIO e ANA CRISTINA DA COSTA LEITE, com fundamento nos arts. 310, I I, e 312 do CPP, em preventiva. 2.1 Expeça-se mandado de prisão preventiva em relação à parte autuada.3. Nos termos do art.50, § 3º, parte inicial, da LD, CERTIFICO, porque preenchidos os requisitos legais para a sua validade como prova preliminar da materialidade, a regularidade formal do laudo de constatação (LC) e DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo a autoridade de polícia judiciária competente observar rigorosamente o disposto no art. 50, §§ 3º, parte final (amostra necessária à realização do laudo definitivo), 4º (execução, prazo e acompanhamento da destruição) e 5º (vistoria e lavratura do auto circunstanciado), da LD.4. Apense-se, antes da abertura de vista ao Ministério Público, aos autos de inquérito policial relatado ou não.5. Sirva-se desta decisão, por cópia digitada, como ofício (fls. 25/28, dos autos principais).*

*Com a devida vênia aos argumentos lançados pelo impetrante, vislumbra-se, na espécie, dos elementos acostados aos autos, a prova da materialidade e indícios de autoria (prisão em flagrante, depoimento dos policiais, auto de exibição e apreensão e auto de constatação preliminar de substância entorpecente fls.01/19, dos autos principais) do delito apurado na origem, não restando dúvidas quanto a possibilidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva, e, por conseguinte, sua manutenção.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra o paciente, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional, bem como enviando senha para acesso ao processo em 1º grau.

Com as informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator